CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1213/89 - (Proc.CEI Nº 326/89- Proc. A.DEM-1914/89)

INTERESSADO: UBIRATHAN PEREIRA MURBACK

ASSUNTO: Solicita que o tempo de exercício profissional prestado no período de 19.4.77 até a presente data seja computado como estágio supervisionado.

RELATOR: CONSº OCTÁVIO CÉSAR BORGHI

PARECER CEE Nº 1104/89

APROVADO EM 23/10/89

Conselho Pleno

1- HISTÓRICO

1. Ubirathan Pereira Murback, RG.10.344.327, dirige-se ao Sr.Coordenador de Ensino do Interior, solicitando que o seu tempo de exercício profissional, de 19 de abril de 1977 até o presente - momento, nas funções correspondentes às do de Técnico em Estradas, seja computado para comprovação do estágio supervisionado, condição para que lhe seja excedido o respectivo diploma.

Anexa para esse fim:

- cópia xerox de documentos pessoais:

- histórico escolar expedido pela Escola Técnica de Bauru

- comprovantes de exercício de funções técnicas, correspondentes ânuelas do Curso de Estradas.

1.2 O pedido deu entrada em 27-6-89 e a CEI, com base no Parecer CEE 442/89, indica a Escola Técnica Estadual "Vasco Antônio Venchiarutti", de Jundiaí, para atender ao solicitado propondo adoção da medidas que entendeu pertinentes.

1.3 Submetido à Secretaria Geral do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, mantenedor da escola, o caso foi analisado como segue:

Da análise do prontuário, chegamos à conclusão de que o interessado não cumprira na sua escola de origem todas as exigências curriculares, exceto estágio.

De fato, conforme ficha de fls.09 o interessado

não cumpriu matérias do currículo ao nível de 4ª série, entre as quais Organização e Normas, integrante dos mínimos profissionalizantes, fixados pelo Parecer CFE 45/72, que o aluno não cursou, também, nas séries anteriores.

Por outro lado, mesmo considerada a hipótese de terem sido cumpridas todas as exigências curriculares, e matriculando-se o aluno nos termos do artigo 17 da Deliberação CEE 05/86, estaria ele enquadrado no § 2º desse artigo e "sujeito às normas de transferências previstas na Deliberação CEE Nº 15/85", o que equivale dizer sujeito a adaptações.

Examinado o assunto desse ponto de vista e comparando-se o seu histórico escolar com o currículo da escola anexo, temos que o interessado teria que cumprir algumas matérias previstas para a 4ª série (Topografia, Pavimentação, Desenho Topográfico, Linguagem de Computadores), além de Drenagem de Águas Pluviais, Direito Aplicado, Transporte e Tráfego, de séries anteriores.

Também deveria cursar as duas disciplinas de Organização e Normas: Organização do Trabalho e Higiene e Segurança no Trabalho, mínimo profissionalizante obrigatório não cursado pelo aluno.

Tendo em vista o volume dos estudos a serem ainda realizados, o interessado teria que frequentar a escola no mínimo por mais um ano.

Como já é casado e com filhos e reside em Mogi das Cruzes, além de ter nessa cidade o seu emprego, para cuja conservação depende da obtenção do seu diploma de técnico, condições que o impedem de frequentar novamente a escola em Jundiaí, é que está solicitando dispensa das adaptações.

Nossas considerações: As normas em vigor não deixam dúvida sobre o assunto, de forma que a escola e o Centro "Paula Souza" não dispõem de instrumentos que os autorizem a dis-

pensar o interessado das adaptações curriculares e principalmente de dispensá-lo de cursar Organização e Normas, mínimo curricular obrigatório.

Entretanto, consideramos oportuno ponderar o seguinte:

1- cumpriu todas as matérias do Núcleo Comum;

2- cumpriu mais de 1.200 horas de mínimos profissionalizantes, exatamente 1.440 horas e os demais mínimos com exceção de Organização e Normas;

3 - cumpriu 2760 horas no total da habilitação, exceto estágio;

4- se aceita a experiência profissional apresentada como estágio, o total de horas registradas em 13 anos de experiência, fará ultrapassar de muito o total de 2.900 horas exigidas para o total da habilitação;

5 - a habilitação em questão é de oferta limitada, à ETE "Vasco Antônio Venchiarutti", em Jundiaí e a Escola Técnica da UNICAMP, em Limeira.

Com estas considerações entendemos que a solicitação do interessado deve ser encaminhada ao Conselho Estadual de Educação, lembrando ainda que caso mereça parecer favorável daquele Egrégio Colegiado, o interessado deverá ser autorizado também a realizar um exame especial de Organização e Normas para que sejam cumpridas todas as exigências curriculares mínimas.

Tomamos ainda a liberdade de indagar se a solução dada pelo Conselho a este caso pode ser estendida a outros egressos dessa habilitação e escola (Escola Técnica de Bauru), pois a Coordenadoria do Interior nos informou existirem outros casos em andamento, dos quais, pelo menos mais um já está sendo para

cá enviado.

Baixado em diligência junto à SE, foi anexado o comprovante das atividades profissionais exercidas pelo interessado.

2. APRECIÇÃO

2.1 Tratam os autos de solicitação de Ubirathan Pereira Murback, no sentido de que o período de 19 de abril de 1977 até a presente data quando exerceu, como ainda exerce, atividades na área de topografia, para Furnas Centrais Elétricas S.A., com projetos e acompanhamento de serviços de execução de estradas de acesso, seja computado como de estágio, para obtenção do seu diploma de Técnico em Estradas.

2.2 Conforme consta do histórico, o requerente cursou a Habilitação de Estradas na Escola Técnica de Bauru, em 1976, não tendo cumprido, a época, o estágio supervisionado para o curso.

2.3 O expediente tramitou pela CEI, que o remeteu ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" com indicação de que a Escola Técnica Estadual "Vasco Venchiarutti", de Jundiaí, que mantém a citada habilitação, para que esta fizesse a análise da situação do interessado, à luz dos dispositivos legais que regem o assunto.

2.4 A escola indicada recebeu do aluno relatório de suas atividades profissionais e, cumprindo orientação da CEI - procedeu a matrícula do mesmo.

2.5 Ao mesmo tempo, a Secretaria Geral do CEETPS fez detalhada análise do prontuário do aluno e detectou a falta do componente curricular Organização e Normas, obrigatório conforme Parecer CFE 45/72.

2.6 Em vista disto, consulta se pode ser autorizada a realização de Exame Especial de Organização e Normas, desde que seja considerado como estágio a experiência profissional do requerente, de forma a integralizar as exigências curriculares mínimas.

2.7 Indaga, ainda, se a solução dada ao caso, poderá ser aplicada a outros casos de egressos da mesma habilitação e escola.

2.8 Analisando a questão, entendemos que a situação de escolaridade pregressa do requerente justifica a excepcionalidade requerida.

Com efeito, cumpriu todas as matérias do Núcleo Comum, superou as 1200 horas de mínimo profissionalizante, não tendo cursado, nesta parte do currículo, o componente Organização e Normas. Tem experiência profissional de 13 anos na área, o que o faz ultrapassar em muito as 2.900 horas exigidas para o total da habilitação.

3. CONCLUSÃO

3.1 Em face do exposto, considera-se como estágio a experiência profissional exercida por Ubirathan Pereira Murback, na área de topografia e execução de Estradas.

3.2 Para fazer jus ao diploma de Técnico em Estradas, o requerente deve submeter-se a exames especiais em Organização e Normas.

3.3 Fica o Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" autorizado a realizar os exames especiais mencionados, em Unidades Escolares de sua rede de ensino.

3.4. O CEET "Paula Souza" poderá dar tratamento semelhante a casos análogos ao presente, oriundos da extinta Esco-

la Técnica de Bauru, da mesma habilitação.

3.4 A escola que realizar os exames especiais e a complementação do estágio, quando necessário, caberá expedir o respectivo diploma.

CESG, aos 17 de outubro de 1.989.

a) CONS° OCTÁVIO CÉSAR BORGHI
RELATOR

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 25 de outubro de 1989.

a) Cons° Francisco Aparecido Cordão
Presidente